



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7430 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO LEMANN NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E SEUS EFEITOS SOBRE O CURRÍCULO E O TRABALHO DOCENTE

Luciana Leandro da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Alan Nascimento Rodrigues - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Agência e/ou Instituição Financiadora: PIBIC/CNPq

A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO LEMANN NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE E SEUS EFEITOS SOBRE O CURRÍCULO E O TRABALHO DOCENTE

RESUMO

Apresenta-se os resultados de uma pesquisa acerca da atuação da Fundação Lemann na educação pública municipal de Campina Grande (PB), analisando seus efeitos sobre o currículo e o trabalho docente. Para realização da pesquisa, nos apoiamos em pesquisas e estudos acerca das políticas neoliberais, da lógica gerencial e das parcerias público-privadas na educação, considerando as políticas de avaliação externa como estratégia para a adoção de um determinado padrão de qualidade baseado na lógica de mercado. Os referenciais teóricos subsidiaram o trabalho de campo realizado, especialmente, por meio de observações das atividades formativas da SEDUC e de entrevistas semi-estruturadas com profissionais da educação. Entre os resultados nota-se a intensificação das parcerias público-privadas na educação municipal, com destaque para a parceria com a Lemann, que tem ganhado maior protagonismo no âmbito da gestão e formação de gestoras e equipe técnico-pedagógica desde 2016 no município, inicialmente através do curso Gestão para a Aprendizagem e que segue vigente por meio do Programa Formar, ambos com evidente repercussão no trabalho docente e no currículo, através do aumento do controle e do monitoramento das profissionais e das atividades realizadas pelas escolas, sob o argumento do alcance das metas e dos resultados esperados no Ideb.

Palavras-chave: Gerencialismo; Currículo; Trabalho Docente; Monitoramento.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo realizada no

âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC e que se propõe a analisar a atuação da Fundação Lemann (FL) na rede municipal, com a finalidade de entender as repercussões das ações desenvolvidas pela Fundação junto às gestoras e professoras e seus possíveis desdobramentos sobre o currículo e sobre o trabalho docente. Trata-se, pois, de um estudo que discute a respeito das influências neoliberais sobre as políticas educacionais no Brasil e sua relação com as recomendações internacionais para a educação, especialmente o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, a lógica gerencialista fomentada por essas organizações induz ações voltadas para o alcance de resultados e metas amplamente valorizadas nas políticas de avaliação externa, evidenciando, assim, o modo como estão alinhadas aos interesses econômicos globais, especialmente aos interesses empresariais. No caso específico de Campina Grande - PB, a lógica gerencial se constitui por meio de inúmeras mudanças na organização e gestão da rede e das escolas e por meio das diferentes parcerias instituídas nos últimos anos: a mais recente delas revela-se pela presença da FL na formação das equipes gestoras da rede municipal.

A partir da leitura de alguns estudiosos de política educacional percebe-se que as relações entre público e privado vêm se reconfigurando, de tal modo que as fronteiras entre um e outro estão cada vez mais tênues e opacas, afetando a organização e o funcionamento das instituições educativas. Nesse sentido, é mister questionar: De que modo a lógica do setor privado vem se manifestando na rede pública? Em que medida os resultados das avaliações externas justificam o estabelecimento de parcerias entre público e privado na educação municipal de CG? Como a parceria com a FL tem influenciado na reordenação do currículo e do trabalho docente na rede?

Portanto, nosso objeto situa-se no campo dos estudos sobre políticas educacionais e foca no exame das relações entre o público e o privado na educação, buscando compreender em que medida as avaliações externas ampliam o espaço de atuação/intervenção do setor privado na educação pública. O objetivo do presente estudo é analisar a atuação da Fundação Lemann na rede pública municipal de Campina Grande e seus desdobramentos no currículo e no trabalho docente e examinar as estratégias adotadas pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) a partir dessa parceria e sua relação com as avaliações externas.

Metodologicamente, optamos por uma abordagem qualitativa com enfoque crítico, já que partimos das contribuições das teorias críticas, que consideram a educação como parte de uma estrutura social mais ampla, ou seja, a partir da análise acerca do contexto em que se desenvolve o sistema capitalista neoliberal. Para tanto, nos apoiamos na revisão bibliográfica e na análise documental, as quais subsidiaram o trabalho de campo realizado especialmente por meio de observações e de entrevistas semi-estruturadas com pessoal técnico-administrativo, gestoras e professoras da rede municipal. Observamos a intensificação das parcerias público-privadas na educação municipal, em especial a parceria com a FL que tem atuado no âmbito da formação de gestoras e professoras da rede, induzindo a criação de estratégias que incidem em notável reordenação e aumento do controle do trabalho das professoras por parte da gestão. Além disso, houve um processo de reorganização curricular por meio do alinhamento das políticas de avaliação, currículo e gestão que focalizam especialmente no alcance de resultados e metas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A inserção de instituições da iniciativa privada na educação brasileira remonta à reestruturação do papel do papel do Estado e das inúmeras reformas ocorridas especialmente

a partir dos anos de 1990, porém se evidencia com mais força a partir dos anos 2000 (OLIVEIRA, 2018). Isso ocorreu principalmente a partir da criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de investir e desenvolver ações com vistas à melhoria da educação básica, instigando a participação dos entes federados e da sociedade de modo geral. Elemento estruturante dessa política, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, regulamentado pelo Decreto nº 6.094/2007, contém 28 metas e duas delas mencionam de forma mais direta as parcerias entre o poder público e instituições privadas:

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas; XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB (BRASIL, 2007).

A partir das metas acima é possível perceber que há um apelo e incentivo às parcerias e à participação empresarial na educação. Além disso, previa a organização de um comitê local, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, o que evidencia o principal argumento utilizado pelos reformadores empresariais para adentrar às secretarias de educação e escolas: o acompanhamento das metas do IDEB. Desse modo, tais grupos exercem forte influência política e implementam diferentes projetos pautados na lógica de mercado, visando a competição, a eficiência e alcance de resultados em avaliações externas (SOUZA; OLIVEIRA, 2003).

Nesse contexto, nota-se maior protagonismo da iniciativa privada na gestão das políticas públicas educacionais, justificada e legitimada pelo Estado Brasileiro que firmou um Compromisso com o empresariado a partir da criação do IDEB e da criação de um determinado padrão de qualidade pautado nos resultados das avaliações externas. Trata-se de instrumentos avaliativos bastante restritos, que mensuram o produto da ação da escola, certificando sua qualidade, em detrimento do processo educacional como um todo.

É também com base nesse discurso que a Fundação Lemann vem promovendo uma série de projetos e iniciativas para influenciar a política educacional brasileira. Sabe-se do amplo apoio e protagonismo que a Lemann teve durante o processo de aprovação da Base Nacional Comum Curricular, através do Movimento pela Base, e da promoção de eventos e outras atividades junto à UNDIME e ao CONSED, conformando uma ampla rede de influência, por meio da articulação de pessoas e de organizações do setor público e do setor privado. Desse modo, a Fundação se coloca como bastião de um determinado padrão de qualidade educacional pautado pelo mercado, expandindo suas ações e seu poder de influência na gestão, no currículo e no trabalho docente em diferentes redes públicas de educação do país.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Desde o início dos anos 2000 nota-se mudanças substantivas na organização e gestão da rede municipal de educação de Campina Grande, como a criação de gerências dentro da estrutura administrativa da Secretaria de Educação e a adoção de parcerias com diferentes empresas, como a Alpargatas, que possuem projetos e influenciam notavelmente no trabalho das escolas. A partir da criação do Ideb, também nota-se a preocupação com o alcance dos resultados nas avaliações externas, o que fez com que o município criasse, em 2015, seu próprio Sistema de

Avaliação Municipal de Aprendizagem (SAMA). Esta foi a porta de entrada para que a parceria com a Lemann se estabelecesse na rede municipal. Sob a influência da Fundação, tem ocorrido desde 2016 nas escolas de Campina Grande a criação do Grupo de Apoio Pedagógicos (GAP) voltados para a gestão pedagógica, como parte das tarefas e estratégias desenvolvidas por meio do Curso de Gestão para Aprendizagem. O curso de caráter semi-presencial ocorreu entre 2016 e 2018, abrangendo inicialmente 50 escolas e, em seguida, acabou sendo expandido para todas as escolas municipais, por meio da formação de gestoras e demais profissionais envolvidas na gestão da rede. O curso contou a participação de pessoal técnico-pedagógico da SEDUC (05), gestores escolares (67), supervisores educacionais (49), orientadores pedagógicos (09) e psicólogos (02), um total de 129 pessoas. Inicialmente, o critério para escolha das escolas foi os resultados do IDEB, o que revela a preocupação da parceria entre a SEDUC e a FL com os índices quantitativos dos exames de avaliação, na perspectiva de articular o planejamento da escola – ou da rede de ensino – à avaliação. Conforme entrevista realizada com uma funcionária da SEDUC:

E hoje a gente também tem a nossa consultoria, nosso parceiro, que é a Lemann... que a Lemann também está nessa liderança nas discussões da BNCC e é essa parceria... é justamente esse alinhamento que a gente faz. Eles promovem formação para toda a rede, todo sistema, para todos educadores no sentido de equipe pedagógica, gestor, técnico professor e técnicos da secretaria que a gente chama de Gestão da Aprendizagem, mas também tem a parte de consultoria. Eles estarem junto com as gerencias, os técnicos da secretaria, para gente pensar nas ações, no plano, na proposta curricular e na própria política de avaliação alinhando com os documentos oficiais de nível nacional (FUNCIONÁRIA DA SEDUC, 2018).

Por meio do Programa Gestão Para a Aprendizagem (PGA), criou-se uma série de estratégias como os Grupos de Apoio pedagógico (GAP), formados por pessoal técnico-pedagógico da SEDUC e pela equipe gestora das escolas, e o foco do trabalho está no alcance das metas estabelecidas. Segundo o edital de seleção 2017, o Programa se colocava como uma iniciativa de apoio estratégico à Secretaria de Educação através de melhoria da gestão e acompanhamento pedagógico de suas escolas, formação de seus gestores e formação de professores com foco em melhorias didáticas em salas de aula. O projeto tinha por finalidade:

- Identificar os principais desafios da secretaria de educação selecionadas a construir de forma conjunta **metas** e um **plano estratégico** para melhoria da aprendizagem na rede. - **Alinhar a atividade da secretaria e das escolas** com um projeto comum: melhorar o aprendizado dos alunos. - Melhorar a formação continuada dos professores através da formação em didática específica em português e matemática. - **Criar uma cultura de acompanhamento, aperfeiçoamento e avaliação** das práticas pedagógicas da escola. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2017, p. 3, grifos nossos).

A FL pretendia, inicialmente, conhecer a rede com a qual estabelecia a parceria, pois os programas “são customizados para atender os desafios da rede” e, assim, influenciar de forma direta no funcionamento das secretarias de educação. Para que consigam “construir metas” e “planos estratégicos para a melhoria da aprendizagem” é preciso que a FL se aproprie das informações da rede e conheça as necessidades, desafios e possíveis problemas na gestão, na formação dos profissionais educacionais da rede e na aprendizagem dos alunos. Com isso, busca propor mudanças que realinharão a rede à concepção pedagógica e de gestão conforme os ditames do mercado. Conforme Sakata e Lima (2019) a concepção de políticas de formação continuada do PGA é pautada no discurso de formação voltada para a emergência

de líderes e gestores de sala de aula, e a concepção de gestão educacional é a gestão por resultados, em que se propõe a lógica empresarial no âmbito escolar que:

[...] esta centralidade da avaliação escolar (fortalecida agora pela associação com a avaliação externa e as políticas de responsabilização) que é disputada e usada hoje pelos reformadores empresariais da educação para impor uma trava a possíveis avanços progressistas na organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola – seja em seus objetivos, seja em sua avaliação – fortalecendo seu controle ideológico sobre toda a estrutura educacional que forma milhões de jovens, ajustando-os a um padrão cultural “básico” de instrução (FREITAS, 2014, p. 1089).

Assim, procura-se alinhar a atividade da secretaria e das escolas com o projeto comum de melhorar o aprendizado dos alunos, aprendizagem que seria aferida pelo alcance de resultados nas avaliações nacionais. Mediante a análise dos três objetivos que procuram alinhar a gestão escolar, a formação continuada dos profissionais, aprendizagem dos discentes e avaliação, pode-se entender como a concepção gerencialista do processo educacional que, segundo Freitas (2014), está empenhada na construção de currículos voltados especificamente para os descritores e matrizes de referência dos exames nacionais (que versam sobre conteúdos de português e matemática) e que reordena o trabalho docente, cuja função central passa a ser o alcance de metas e resultados de aprendizagem. Assim, as ações pedagógicas na escola visam, quase unicamente, a aprendizagem estrita de conteúdos daquelas disciplinas. Ainda de acordo com Freitas (2014), isso reforça a tese de que a matriz curricular sustentada pela BNCC é meramente conteudista e deixa de fora fatores importantes a respeito da dimensão da formação humana.

Pode-se afirmar que tal parceria com a FL foi criada e intensificada a partir da demanda e da pressão que a rede municipal vem recebendo por “melhorar a aprendizagem” dos alunos, algo que tem sido medido sistematicamente pelas avaliações externas (Saeb, Sama), sem uma reflexão mais ampla acerca dos limites dessas políticas avaliativas. Conforme depoimento de uma professora municipal:

A parceria com a Fundação Lemann foi criada no final de 2016, mesmo assim, os resultados do Sama contribuem para elaboração de um planejamento estratégico de cada escola, né, para tentar sanar as dificuldades apresentadas nos testes. E como o Sama é o modelo do Saeb, com disciplinas de Português e Matemática, é possível planejar para que o erro, a dificuldade que se teve no Sama não seja repetida na prova do Saeb. E para criação, para elaboração desse plano, a SEDUC conta com o apoio do GAP que foi criado justamente depois do curso Gestão Para Aprendizagem que promove ações como fazer tabulação dos resultados do Sama, e junto com a gestão criar esse planejamento estratégico para ser apresentado aos professores e ser executado na sala de aula. Justamente pensando nessa melhoria dos resultados, para que os erros que foram cometidos no Sama não sejam cometidos no Saeb. É justamente a prova que vai trazer o resultado, para o Ideb (PROFESSORA A, 2020).

Com esse intuito de melhoria dos resultados e índices das avaliações externas, a SEDUC vêm estabelecendo várias parcerias empresariais e, conseqüentemente, vem reforçando a lógica empresarial na educação pública municipal, mediante a cristalização de discursos voltados ao alcance de metas e índices nacionais pelas escolas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, a pesquisa permitiu constatar que em Campina Grande, a gestão municipal e a SEDUC vêm realizando um trabalho de caráter gerencial e neotecnicista, que encara os problemas e desafios que envolvem o processo educacional, como se fossem simples de serem resolvidos; como se fossem questões de caráter meramente técnico, bastando mapeá-los, classificá-los e sistematizá-los, tendo em vista a adequação aos resultados e metas recomendadas pelas políticas neoliberais, que se pautam n de avaliação às escolas. As escolas são conduzidas a competir pelo alcance de resultados, cumprir metas previstas em recomendações externas que, muitas vezes, nem dizem respeito ou tocam nos anseios e necessidades daquele contexto escolar específico. Diante desse contexto, é possível perceber e considerar que a SEDUC/CG está bastante alinhada ao modelo gerencialista defendido pelo FL, seja mediante a incorporação de ações que visem o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas para o alcance de resultados nas avaliações e nos índices, seja pela cooptação de atores (secretários, equipe técnico- pedagógica, gestoras, professoras) por meio de ações de (con)formação como o curso Gestão para a Aprendizagem e de outros projetos implementados na rede, tais como o Formar e o Conectando Boas Práticas, os quais pretendemos analisar com maior profundidade na continuidade dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: Senado Federal, 2007.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na Escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Gestão para a Aprendizagem 2016** (edital). Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/> Acesso em: 11 de fev. de 2020.

OLIVEIRA, M. M. **Regulação e trabalho docente na rede municipal de ensino de Campina Grande: análise do programa gestão para a aprendizagem da Fundação Lemann**. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018. Dissertação (mestrado).

SAKATA, K. L. S. LIMA, M. F. O Programa Gestão para a Aprendizagem da Fundação Lemann em duas redes municipais de ensino do Paraná. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 527-544, maio/ago. 2019.

SOUZA, S. Z; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 873-895, setembro 2003.